

## CARTA POLÍTICA DA 3ª PLENÁRIA NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL

*Juventude na luta por sucessão rural: nenhum direito a menos!*

**Juventude Rural**

**Ocupa Tudo!**

Nós somos jovens trabalhadoras e trabalhadores rurais do campo, da floresta e das águas. Somos agricultoras e agricultores familiares, assentadas, assentados, acampadas e acampados da reforma agrária, reassentadas e reassentados por grandes projetos, assalariadas e assalariados rurais, sem terras, ribeirinhas e ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais. Temos várias culturas, raças, crenças e viemos de todos estados do Brasil.

Construímos esta Plenária Nacional da Juventude Rural com o objetivo de debater os temas centrais da conjuntura nacional e da organização sindical a partir da perspectiva juvenil, visando orientar e qualificar a nossa participação no 12º Congresso da CONTAG, construir estratégias para o fortalecimento do MSTTR e definir agenda de lutas em defesa de políticas públicas para a juventude e a sucessão rural.

O contexto em que se realiza esta Plenária está marcado pelo golpe parlamentar, jurídico e midiático que destituiu do governo Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta da República. Este golpe teve como finalidade interromper o projeto político voltado à promoção de justiça social que vinha sendo implementado nos últimos anos.

Os golpistas tomaram de assalto o poder com a finalidade de avançar na ofensiva neoliberal pautada na diminuição do papel do Estado, no retrocesso de direitos sociais e trabalhistas e na intensificação da apropriação privada dos bens naturais pelo capital nacional e internacional. Uma das estratégias do governo ilegítimo para concretizar estes objetivos é criminalizar os movimentos e as lutas sociais.

Nós vivenciamos esta prática repressora quando, no dia 29 de novembro, fomos às ruas para participar da manifestação contra a PEC 55/2016 e a reforma do Ensino Médio. Fomos reprimidos no nosso legítimo direito de manifestação, sendo agredidos pelo Estado, representado pela polícia militar que, sob orientação do governo federal e do governo do Distrito Federal, atacou

de forma truculenta, indiscriminada e desproporcional, os(as) milhares de manifestantes. Naquele momento, a Esplanada dos Ministérios e o gramado do Congresso Nacional, históricos espaços de exercício da democracia, foram transformados em uma praça de guerra!

Estas medidas repressoras são parte da estratégia de consolidação do golpe. Com o apoio de parlamentares, do poder judiciário e da grande mídia, o governo ilegítimo de Michel Temer vem impondo à classe trabalhadora sistemáticos retrocessos e perda de direitos.

Exemplos destas medidas que atingem drasticamente a classe trabalhadora são a Medida Provisória nº 746/2016 e a Proposta de Emenda Constitucional 55/2016. A MP 746 pretende impor uma reforma do Ensino Médio voltada a uma educação tecnicista, retirando dos currículos conteúdos e disciplinas que possibilitam uma visão de mundo crítica e reflexiva. Já a PEC 55, chamada de PEC da Morte, prevê o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, implicando na redução dos recursos para a saúde e educação e na entrega, para o mercado, das principais estruturas públicas que asseguram o desenvolvimento nacional.

Além disso, o governo golpista ameaça com uma reforma da Previdência Social que poderá levar a perdas significativas para a juventude, especialmente quando propõe elevar a idade mínima e igualar os critérios dos rurais com as demais categorias, negando as diferenciações conquistadas de reconhecimento das condições mais penosas e desgastantes existentes nas relações de trabalho no campo, nas florestas e nas águas.

No contexto de desmonte do Estado há, também, um ataque às políticas de educação, saúde, cultura, tecnologias da informação e comunicação, esporte e lazer, dentre outras que asseguram as condições para a permanência da juventude no campo.

Destaca-se a extinção da Secretaria Nacional de Juventude e o esvaziamento do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), espaço estratégico de diálogo e formulação de políticas públicas pelos vários segmentos juvenis. Este enfraquecimento do Conjuve, como de outros conselhos importantes para a classe trabalhadora, demonstra o perfil antidemocrático e autoritário que caracteriza o governo golpista de Michel Temer.

No campo, há um ataque profundo às conquistas dos últimos anos, com destaque para a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de sua assessoria voltada à implementação de políticas para a juventude. Este contexto ameaça a efetivação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural na sua estratégia de promoção de políticas públicas articuladas, a

exemplo da reforma agrária, da garantia de Ater, PAA, Pnae, Minha Casa Minha Vida Rural, Pronera e do programa de fomento a grupos produtivos de jovens, além das ações destinadas aos processos agroecológicos nas propriedades familiares, dentre outras. A ausência destas políticas ameaça a consolidação dos projetos de vida construídos pelos e pelas jovens para concretizar condições dignas para viver no campo com autonomia e liberdade.

O modelo de desenvolvimento rural defendido por este governo golpista impõe medidas que agravam a exploração do trabalho, a concentração e a estrangeirização das terras e a degradação da natureza, colocando em risco a soberania e a segurança territorial e alimentar da nação. Também fortalece a lógica de implantação de grandes projetos que provocam a expulsão de indígenas, quilombolas e outras comunidades e povos tradicionais de seus territórios, acirrando os conflitos fundiários e a violência no campo.

Esta 3ª Plenária Nacional representa um importante marco na trajetória organizativa da juventude trabalhadora rural. Ela acontece no momento em que celebramos os 15 anos de criação da Secretaria e da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na CONTAG, espaços políticos que foram conquistados a partir de um processo de lutas pelo nosso reconhecimento como sujeitos políticos.

Na história do MSTTR, vários(as) jovens rurais participaram das lutas sindicais pela terra e por políticas públicas no campo e, nestas lutas, muitos perderam a vida ou a liberdade em razão da repressão do latifúndio e do Estado. Mesmo assim, era negado à juventude o direito de sindicalização, que era restrito ao pai, considerado o chefe da família. A luta da juventude vem transformando esta construção histórica pautada no patriarcado, no machismo e no preconceito geracional.

Em nossa organização sindical destacamos o reconhecimento e a visibilidade da juventude como sujeito de direito; a construção da Secretaria e da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; as cotas nos espaços de participação e direção; o programa Jovem Saber; o Consórcio Social da Juventude Rural Rita Quadros e a realização dos Festivais e das Plenárias regionais, estaduais e nacionais, que ampliaram e fortaleceram o direito à sindicalização e a incidência da juventude no MSTTR.

Esta construção desencadeou um processo crescente de afirmação da identidade da juventude, do reconhecimento de seu protagonismo na construção do desenvolvimento rural

sustentável e solidário e de visibilidade das demandas por políticas públicas específicas. Nesta trajetória, foi se consolidando a compreensão de que a juventude deseja viver no campo com direito à terra e qualidade de vida, o que trouxe o tema da sucessão rural para o centro da pauta do MSTTR.

Este protagonismo também reforçou as lutas históricas por igualdade na sociedade e no Estado e possibilitou a institucionalização de políticas públicas e a criação de espaços de representação específicos, como o Conjuve, o Comitê Permanente de Juventude Rural do Condráf e o GT de Juventude da Reaf, além da construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. São conquistas que exigiram reconfigurar os processos de construção e execução das ações do Estado para atender às demandas específicas da juventude.

Apesar destes avanços e conquistas, muitos desafios ainda precisam ser superados para romper com a histórica desigualdade nas relações de classe, geração, gênero e raça, que são impostos à juventude na sociedade e na organização sindical.

Dentre estes desafios, destaca-se a necessidade de fortalecer a democracia e as lutas pela igualdade e autonomia da juventude na organização sindical, assegurando condições efetivas à participação e representação, assumindo compromissos coletivos e permanentes com as pautas específicas.

Para potencializar esta participação e a organização da juventude no MSTTR, é preciso combinar, estrategicamente, o fortalecimento das Comissões e Coordenações de Jovens nos Sindicatos, Federações e na CONTAG com a efetivação da política de cotas e a ampliação dos processos específicos de formação política.

As Comissões e Coordenações precisam ser efetivadas como o lugar político de diálogo com a base, de visibilizar as demandas específicas e ampliar as oportunidades de encontro e fortalecimento da identidade e do protagonismo da juventude.

É preciso, também, efetivar a política de cotas em todos os Sindicatos, Federações e na CONTAG, reconhecendo que a participação da juventude é um direito conquistado e não apenas uma exigência numérica. É fundamental romper com a prática que persiste em nossa organização, onde muitas e muitos jovens não são respeitados(as) na sua condição de dirigentes e lideranças políticas. Geralmente, não assumem cargos eletivos de maior destaque e, nos processos de

renovação de Diretorias são os primeiros substituídos, além de serem relegados à subordinação e ao exercício de funções administrativas nas entidades.

Da mesma forma, é necessário potencializar os processos específicos de formação, na perspectiva da educação popular, como estratégia para fortalecer o protagonismo militante da juventude e possibilitar maior empoderamento e ampliação da nossa participação no Movimento Sindical e nos espaços de representação política.

Destacamos que esta Plenária ocorre no contexto de reorganização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com a constituição de dois sistemas, onde a CONTAG representa exclusivamente as agricultoras e agricultores familiares e, a CONTAR, as assalariadas e assalariados rurais.

Este novo cenário amplia o desafio do Sistema CONTAG de fortalecer suas elaborações e proposições sobre o direito de acesso e permanência da juventude na terra, como estratégia para a sucessão rural e para o fortalecimento da agricultura familiar. Neste sentido, é fundamental considerar as diferentes identidades dos sujeitos do campo e as demandas específicas de geração, gênero, raça e etnia.

O MSTTR precisa continuar afirmando o nosso projeto político que defende o desenvolvimento rural sustentável e solidário, o PADRSS, pautado na realização da reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar, priorizando a produção de alimentos saudáveis, a partir da perspectiva agroecológica e do respeito ao meio ambiente, valendo-se da utilização de sementes crioulas que possam ser partilhadas, guardadas, comercializadas e utilizadas de acordo com nossas escolhas.

Na sociedade, é preciso superar o preconceito sobre a visão atribuída ao campo como um lugar de atraso e de negação de direitos, estigma que se estende sobre a juventude rural. Outro desafio está na ampliação do reconhecimento e valorização dos e das jovens enquanto trabalhadores e trabalhadoras rurais, com direitos às políticas públicas, a decidir sobre os espaços e as formas de produção e ao acesso à renda gerada no núcleo familiar.

Somos jovens protagonistas de lutas e de resistência. Enfrentamos com ousadia e criatividade os desafios que nos são impostos. Nos mobilizamos para fortalecer a unidade da classe trabalhadora na luta contra o capital e pela conquista de outro mundo possível com direitos, democracia, igualdade, autonomia e liberdade.

Diante disso, reafirmamos nesta Plenária os nossos compromissos em:

- Fortalecer a luta da juventude no MSTTR;
- Contribuir para a ampliação da unidade entre os movimentos sociais;
- Resistir na luta pela democracia e contra o retrocesso nas políticas públicas e na perda de direitos;
- Fortalecer as lutas contra o avanço do conservadorismo, machismo, xenofobia, racismo e o fundamentalismo religioso;
- Lutar pela concretização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural;
- Lutar pela ampliação da participação política da juventude nos espaços de poder;
- Lutar pela reforma agrária, pela demarcação das terras indígenas, o reconhecimento das Reservas Extrativistas e das áreas quilombolas, assegurando o direito à terra, ao território e à produção sustentável, como estratégias para a sucessão rural;
- Intensificar os processos de transição para agroecologia e produção orgânica;
- Atuar pela aprovação da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos;
- Fortalecer os Festivais da Juventude Rural como espaços de formação, valorização da cultura camponesa, elaboração e negociação de políticas públicas para a juventude;
- Fortalecer a ENFOC e os espaços de formação política específica, na perspectiva da educação popular;
- Potencializar os processos de formação e comunicação na base;
- Desenvolver ações que promovam a integração intergeracional no MSTTR;
- Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Assegurar a implementação e a efetivação plena da cota de, no mínimo, 20% de jovens nos espaços de participação e Direção em todos os Sindicatos, Federações e na CONTAG;
- Atuar para ampliar a sindicalização dos e das jovens rurais;
- Defender a Educação do Campo e a luta contra o fechamento das escolas no meio rural;
- Participar das lutas contra a reforma do Ensino Médio proposta de forma autoritária pelo governo golpista;
- Lutar pela retomada do MDA, assegurando as estruturas e condições para execução efetiva das políticas públicas para o campo;
- Pressionar pela retomada dos espaços institucionais que desenvolvem políticas para e com a juventude;

- Lutar contra a aprovação da PEC 55 no Senado Federal;
- Pressionar contra a proposta de reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo governo golpista;
- Fortalecer ações em defesa da política pública de saúde do campo, das florestas e das águas;
- Intensificar a luta contra os grandes projetos, destacando-se o MATOPIBA que destrói os bens naturais e condena à morte e à expulsão as populações do cerrado;
- Construir estratégias de enfrentamento e resistência aos ataques repressores do Estado no momento das mobilizações de massa na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

“em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada,  
De arbitrariedade consciente, de humanidade  
Desumanizada, nada deve parecer natural,  
Nada deve parecer impossível de mudar”

**Bertolt Brecht**

Brasília, 02 de dezembro de 2016